

REPÚBLICA CHECA

REPÚBLICA CHECA

Chefe de Estado:

Václav Klaus

Chefe de Governo:

Jan Fischer (substituiu
Mirek Topolánek em Maio)

Pena de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

10,4 milhões

Esperança média de vida:

76,4 anos

Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):

5/4 por 1000

O Parlamento aprovou legislação antidiscriminação que esteve bloqueada durante vários anos devido à oposição do presidente. Aumentaram as marchas e o discurso do ódio contra os ciganos por parte dos partidos e grupos de extrema-direita. Os ciganos continuaram a ser segregados no acesso à educação e habitação. Embora o governo tenha pedido desculpa pela esterilização forçada de mulheres ciganas no passado, os tribunais recusaram compensação às queixosas. Os hospitais psiquiátricos continuaram a usar camas de imobilização de forma desapropriada.

Antecedentes

Em Março, o governo do primeiro-ministro Mirek Topolánek perdeu uma moção de censura e foi substituído, em Abril, por um governo interino liderado por Jan Fischer.

Em Junho, o Parlamento aprovou legislação antidiscriminação, contornando o veto do presidente Klaus e cumprindo as obrigações ao abrigo das Directivas da Raça e da Igualdade de Tratamento no Emprego da UE após vários anos de adiamentos. A nova lei garantia o direito à igualdade de tratamento e proibia a discriminação em áreas como a educação, o emprego e a habitação.

Discriminação – Ciganos

Os ciganos enfrentaram uma hostilidade pública cada vez mais visível, bem como segregação nas escolas e no acesso à habitação e discriminação no emprego.

Ataques contra ciganos

Em Março, o Supremo Tribunal Administrativo, alegando falta de provas, rejeitou a proposta do governo para ilegalizar o Partido dos Trabalhadores, de extrema-direita, que organizou patrulhas de vigilantes contra os ciganos.

A Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) manifestou, num relatório publicado em Setembro, a sua preocupação com a crescente retórica de ódio contra os ciganos nos discursos oficiais e nas repetidas manifestações de grupos de extrema-direita. A ECRI recomendou a implementação firme de leis proibindo a violência racista e o incitamento ao ódio.

■ A 4 de Abril, grupos de extrema-direita organizaram uma marcha pelo bairro cigano da localidade de Přerov. O Partido dos Trabalhadores, que inicialmente anunciou a realização da marcha, distanciou-se posteriormente do evento. Cerca de 500 manifestantes, aos quais se juntaram habitantes locais, desfilaram pelas ruas da localidade e do bairro cigano entoando palavras de ordem contra os ciganos. Cerca de

700 agentes de polícia impediram ataques directos contra os ciganos, mas a violência acabou por explodir mais tarde, quando os manifestantes atacaram a polícia antimotim e a polícia montada.

■ A 18 de Abril, na aldeia de Vítkov, foram atirados cocktails Molotov contra a casa de uma família cigana, onde Pavel Kudrik vivia com a companheira, as suas quatro filhas e dois outros familiares. O fogo destruiu completamente a habitação e feriu gravemente Pavel Kudrik e a companheira. A sua filha Natálka, de dois anos, sofreu queimaduras em 80 por cento do corpo e teve de ser mantida em coma induzido durante três meses, além de ter ficado internada mais sete meses. Em Agosto, a polícia deteve 12 suspeitos: quatro foram acusados de envolvimento no ataque e oito foram libertados sem qualquer acusação. A polícia afirmou que os suspeitos pertenciam a grupos de extrema-direita. Segundo a televisão checa, eram apoiantes dos Nacionalistas Autónomos, uma organização alegadamente ligada ao Partido dos Trabalhadores.

■ Em Outubro, a polícia prendeu oito suspeitos de envolvimento em ataques contra ciganos em Havířov, em Novembro de 2008. O caso estava a ser julgado no Tribunal Regional de Ostrava no final de 2009.

Educação

Dois anos depois de o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem ter condenado a República Checa por discriminar as crianças ciganas ao colocá-las em escolas especiais, estas continuavam a ser segregadas. Continuavam a estar sobre-representadas nas escolas primárias e nas turmas para alunos com "deficiências mentais leves" ou em escolas e turmas segregadas. Isto apesar da Lei Escolar de 2005, que aboliu as "escolas especiais" para alunos com deficiências mentais leves. A educação ministrada neste tipo de turmas e de escolas era frequentemente inferior.

A ONG checa Pessoas com Dificuldades informou em Fevereiro que o sistema educativo tendia a excluir os alunos com necessidades educativas especiais. Um estudo à segregação das crianças provenientes de meios desfavorecidos, encomendado pelo Ministério da Educação e publicado em Abril, revelou que quase metade dos alunos ciganos do ensino primário chumbavam ou eram transferidos para escolas especiais.

■ Em Abril, o Tribunal Municipal de Praga rejeitou uma queixa de Jaroslav Suchý contra o Ministério da Educação por ter sido vítima de discriminação e não ter tido direito à educação. Jaroslav Suchý afirmou ter sido colocado numa escola especial por ser membro da comunidade cigana. O Tribunal considerou que ele não apresentou provas suficientes e que a sua colocação numa escola especial tinha sido justificada por uma avaliação psicológica.

■ Em Maio, o Conselho Municipal de Valašské Meziříčí anunciou um plano para criar turmas especiais para crianças ciganas e não-ciganas no primeiro ano da escola primária local. A proposta foi apresentada como uma tentativa de responder à necessidade de educação especial dos alunos ciganos. O Conselho acabou por desistir do plano na sequência de críticas do Ministro dos Direitos Humanos e do Ministério da Educação.

Habitação

Os ciganos continuaram a enfrentar segregação no acesso à habitação. No seu relatório de Setembro, a ECRI registou a ausência de quaisquer medidas positivas para resolver este problema e destacou a incapacidade do governo para responsabilizar os responsáveis locais que não respeitam o direito à habitação.

■ A ONG checa Zřvůle práva, que providencia aconselhamento legal aos ciganos, apresentou queixa contra as autoridades locais: em Julho, alegando segregação étnica contra os ciganos no acesso à habitação em Kladno, e em Agosto, alegando discriminação contra os ciganos no acesso ao estatuto de residência permanente na cidade de Ostrava.

Esterilização forçada de mulheres ciganas

Registaram-se alguns progressos no sentido do reconhecimento de responsabilidades pelas esterilizações forçadas realizadas no passado. Em Novembro, o primeiro-ministro lamentou as esterilizações ilegais e pediu ao Ministro da Saúde para fazer um relatório sobre a implementação das regras existentes que proíbem a sua realização. Segundo o Grupo de Mulheres Prejudicadas pela Esterilização Forçada, uma ONG checa, pelo menos 100 mulheres podem ter sido esterilizadas contra a sua vontade. Embora a maior parte das esterilizações forçadas tenham ocorrido nos anos 70 e 80, a mais recente de que há notícia ocorreu em 2007.

■ Em Outubro, o Tribunal Constitucional rejeitou um pedido de indemnização apresentado por uma mulher cigana que tinha sido ilegalmente esterilizada, alegando que o processo tinha prescrito. Ela tinha recebido um pedido formal de desculpas do hospital de Vitkovice depois de o Tribunal Regional de Ostrava ter considerado, em 2005, que os médicos tinham agido ilegalmente quando a esterilizaram sem o seu consentimento informado. O Ministro dos Direitos Humanos anunciou subsequentemente que o Estado era na mesma obrigado a adoptar medidas que reflectissem o impacto irreversível da esterilização nas vidas das mulheres.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Em Março, o Defensor Nacional dos Direitos (Provedor de Justiça) informou que algumas instituições psiquiátricas continuavam a usar camas de imobilização, mesmo em casos em que não existia risco para o paciente ou para o seu entorno. Em alguns casos, as camas de imobilização eram incluídas no inventário das instituições. Em Setembro, o Ministério da Saúde emitiu um guia metodológico para regular a utilização das técnicas de imobilização, incluindo as camas-rede. Em 2004, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura tinha recomendando a imediata retirada de serviço das camas-jaula e a retirada, assim que possível, das camas-rede como forma de controlar pacientes ou residentes em estado agitado.

Visita da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram a República Checa em Fevereiro e Abril.

📄 Injustiça rebaptizada: a discriminação dos ciganos na educação persiste na República Checa (EUR 71/003/2009)